

POR UMA VIDA “AINDA” MELHOR¹ *FOR AN “EVEN” BETTER LIFE*

Aline Marchezan da Cunha² e Célia Helena de Pelegrini Della Múa³

RESUMO

No presente artigo, propõe-se analisar o livro de língua portuguesa “Por uma Vida Melhor” (2011), sob a ótica da teoria sociolinguística, destacando a sua aplicabilidade ao ensino da língua portuguesa, no intuito de desmitificar a noção de unidade linguística no Brasil, uma vez que este manual didático foi alvo de críticas pela mídia. Além do mais, pretende-se abordar as propostas de variação linguística abordadas no manual didático em análise e verificar as discussões ligadas à proposta do manual registradas pela mídia e a palavra de linguistas sobre o mesmo. As análises tiveram por base algumas reportagens da revista *Veja* (2011), como “As lições do livro que desensina”, de 20/05/11; “Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente”, de 14/05/11; “Os livro mais interessante estão emprestado”, de 13/05/11, que condenam esse livro por ensinar o aluno a falar errado, contrapondo com as noções teóricas da sociolinguística que afirmam o contrário, fundamentadas nos pressupostos de Marcos Bagno (2000, 2002, 2003, 2007), Maurizio Gnerre (2001), Dino Preti (1997) e Magda Soares (1991). Ainda, utilizaram-se os textos “Polêmica ou ignorância?”, de 17/05/11, de Marcos Bagno, e vídeos, com entrevistas dos professores José Luiz Fiorin, em 24/05/11, e Ataliba Castilho, em 20/05/11, posicionando-se acerca da polêmica levantada pela mídia. Os resultados evidenciam que, sob a luz da sociolinguística e, obviamente, das concepções dos especialistas referenciados no decorrer desta análise, desmitificam-se e, mais, derrubam-se quaisquer supostas verdades registradas pela mídia a respeito do livro didático. A falsa polêmica denota desconhecimento por parte da grande imprensa acerca dos preceitos que regem essa ciência e o quão superficial foi ao querer limitar o estudo da língua portuguesa ao julgamento de “certo” ou “errado”.

Palavras-chave: livro didático, mídia, sociolinguística, preconceito.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Letras - UNIFRA. E-mail: alinemarchezan@hotmail.com

³ Orientadora - UNIFRA. E-mail: celia@unifra.br

ABSTRACT

This article seeks to analyze the book “For a Better Life” (2011) from the perspective of the sociolinguistic theory by highlighting its applicability to the teaching of the Portuguese language in order to demystify the notion of linguistic unity in Brazil, since this teaching manual has been criticized by the media. Moreover, it is intend to approach the linguistic variation proposals addressed in this didactic manual and to check the discussions related to the manual’s proposals by the media and the opinion of linguists. The analyses are based on some news reports in Veja magazine (2011), with the titles “The lessons of the book teaches badly”, of 05/20/11; “Textbook seeks to justify error: I expose the essence of the theoretical quackery and wickedness of these people”, of 05/14/11; “The most interesting book are borrowed”, of 05/13/11, which condemn this book for teaching the student wrongly, contrasting with the theoretical notions of sociolinguistics that states the contrary, based on the assumptions by Marcos Bagno (2000, 2002, 2003, 2007), Maurizio Gnerre (2001), Dino Preti (1997) and Magda Soares (1991). Also, it was used the texts “Controversy or ignorance?” of 05/17/11, by Marcos Bagno, and some videos including interviews with the professors José Luiz Fiorin, of 05/24/11, and Ataliba Castilho, of 05/20/11, stating their claim regarding the controversy raised by the media. The results show that, in the light of sociolinguistics, and the concepts of the experts referred to in the course of this analysis, any supposed truths stated by the media about the textbook are demystified. The false controversy denotes the ignorance on the part of the mainstream press about the principles governing this science and how shallow it was by wishing to limit the study of the Portuguese language to the judgment of “right” or “wrong.”

Keywords: *textbook, media, sociolinguistics, prejudice.*

INTRODUÇÃO

Com o presente estudo, propõe-se analisar o livro de língua portuguesa “Por uma Vida Melhor” (2011), dos professores Heloísa Cerri Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto, da Coleção Viver, Aprender, adotado pelo Ministério da Educação (MEC), sob a ótica da teoria sociolinguística, considerando a sua aplicabilidade ao ensino da língua portuguesa.

Esse manual foi distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) a 484.195 alunos de 4.236 escolas e foi alvo de críticas pela imprensa. Segundo seus críticos, o livro, ao abordar a variação linguística, estaria fazendo apologia ao “erro” de português, desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma padrão culta da língua portuguesa. Com este estudo, pretende-se avaliar as discussões ligadas à proposta do manual e registradas pela mídia.

O livro valoriza o uso “popular” da língua falada e a utiliza, no capítulo 1, “Escrever é diferente de falar”, para auxiliar no aprendizado da chamada norma “cult” de escrever. Esse volume foi apontado pela mídia como o “livro que ensina aluno a falar errado”. O que motivou o tratamento foi a presença de três frases no seu capítulo 1. São elas: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”; “Nós pega o peixe”; “Os menino pega o peixe”. Diante disso, busca-se considerar as propostas de variação linguística abordadas no manual didático em análise e a palavra de linguistas sobre o assunto.

Os autores do livro didático afirmam que “a norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta” (p. 12). Ainda, no tópico denominado “A concordância entre as palavras”, discutem a existência de variedades do português falado que admitem que substantivo e adjetivo não sejam flexionados para concordar com um artigo no plural. Na mesma página, os autores completam a explanação: “na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1^a/2^a/3^a) com o ser envolvido na ação que ele indica” (p. 15).

Diante da polêmica levantada por vários veículos de comunicação e rebatida por estudiosos da linguagem, elegeu-se essa temática, a fim de examinar o que a sociolinguística pode desmitificar acerca da noção de unidade linguística no Brasil.

A importância deste estudo deve-se ao fato de ser relevante saber se existe “certo” e “errado” quando o assunto é o idioma. Sem dúvida, não há como negar a essência da gramática normativa e do papel que ela exerce em relação à padronização da língua portuguesa. A gramática normativa, como apresentação da modalidade linguística que contempla a “norma culta”, é valorizada nos contextos escolares e não é nossa pretensão disseminar o seu abandono, ou seja, não questionamos o uso da norma padrão.

O certo é que não cabe escrever para uma parcela da sociedade, provida de linguagem formal, sem levar em conta a escrita que nela predomina. Escrever

em um artigo científico que “nós pega o peixe” é não querer ser compreendido? Da mesma forma, conversar com um cidadão iletrado e querer que ele entenda quando alguém diz que “o léxico de um idioma faz parte de um sistema abstrato de signos inter-relacionados” é dificultar a comunicação?

As crenças de que existe uma forma “correta” de falar e que o português é uma língua difícil contribuem para o círculo vicioso do chamado preconceito linguístico, como afirma Bagno (2000). Assim, é um equívoco tratar a parcela da mesma sociedade, dita inculta, como se essa fosse desprovida de meios sistemáticos de comunicar ideias e interagir socialmente pelo fato de usar a variedade não padrão da língua.

Diante disso, o estudo da variação, no livro didático “Por uma Vida Melhor”, cumpre um papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da criticidade e da competência discursiva dos alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Há uma grande diferença entre se fala um deus ou um herói; se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade; se uma matrona autoritária ou uma ama delicada; se um mercador errante ou um lavrador de pequeno campo fértil; se um colco ou um assírio; se um homem educado em Tebas ou em Argos (HORÁCIO, Arte Poética, p. 118-119).

Não é de hoje que o homem procura entender as múltiplas faces de manifestação da linguagem. Diante de formas variadas, o homem é alimentado pela busca incessante de maior conhecimento acerca dessa forma de interação social. A linguagem, seja de caráter oral ou escrito, é heterogênea, variável e está sempre em desconstrução e reconstrução. A partir dessas mudanças, abrem-se campos novos de pesquisa, em especial, aqui, será considerado o âmbito de estudo da sociolinguística.

A sociolinguística é uma ciência que trata de questões entre língua e sociedade e o modo como são abordadas as variantes linguísticas de uma determinada comunidade. De acordo com os preceitos dessa ciência, pobres e ricos, letrados e iletrados etc. vão apresentar usos da linguagem que variam ao se considerar os elementos internos e externos que influenciam na produção da linguagem. O âmbito dessa ciência vai desde o estudo das variações da língua portuguesa até os preconceitos causados pela discriminação linguística por grande parte da sociedade. A sociolinguística reflete, assim, a realidade do discurso humano.

William Labov (1983), considerado o fundador da sociolinguística, desenvolveu estudos sobre a relação entre língua e sociedade e a possibilidade de se sistematizar as variantes linguísticas. A relação entre língua e sociedade não era o foco dos estudos linguísticos pelo campo dominante proposto por Noam Chomsky, em torno de 1950. Labov resgatou os elementos externos da língua e os inter-relacionou com a sociedade, dando origem ao que se entende por sociolinguística.

Para isso, Labov elege a variedade linguística como seu objeto de estudo, a partir de dois pontos de vista: diacrônico e sincrônico. Do ponto de vista diacrônico, o pesquisador estabelece ao menos dois momentos sucessivos de uma determinada língua, descrevendo-os e distinguindo as variantes em desuso. Do ponto de vista sincrônico, o pesquisador pode abordar seu objeto a partir de três perspectivas: geográfica, social e estilística. A geográfica refere-se ao estudo dos falares de comunidades linguísticas distintas em espaços diferentes; a social implica o estudo dos falares de diferentes grupos dentro de uma mesma comunidade; e a estilística, por sua vez, estuda o uso que um mesmo falante faz da sua língua.

Por esse viés, o autor afirma que a língua não é apenas um meio de informação, mas uma maneira de inserir um indivíduo num grupo social. Essa atuação da linguagem baseia-se na fundamentação da relação interacionista entre fala e sociedade, para incitar o respeito à caminhada de cada sujeito de um determinado grupo, nos diversos campos sociais, e eliminar barreiras que se criam entre as pessoas para o estabelecimento de uma relação interpessoal.

Nessa perspectiva, a propagação linguística depara-se com alguns entraves, pois

as regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais. Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que saber quando pode falar e quando não pode; que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos; que tipo de variedade linguística é oportuno que seja usado. Tudo isto em relação ao contexto linguístico e extralinguístico em que o ato verbal é produzido (GNERRE, 1998, p. 6).

O exposto vem ao encontro da seguinte disponibilidade da língua: a língua varia porque ela é heterogênea, razão por haver diferentes falares nos diversos grupos existentes em uma comunidade de falantes. Esses falantes, geralmente, agrupam-se de acordo com o nível de escolaridade, com a situação

social, econômica, cultural, de acordo com a idade, a religião, a profissão, e a questão geográfica (LABOV, 1983).

Diante disso, sob a perspectiva de Labov, ao considerar que os sistemas linguísticos são, por natureza, heterogêneos, verifica-se que o falante, convivendo com vários meios sociais, sabe adequar o uso da sua língua ao contexto em que estiver inserido, ou seja, o falante só diz aquilo que seu contexto social permite que ele diga.

O fato é que as escolhas linguísticas são influenciadas e, muitas vezes, determinadas por circunstâncias como o período histórico, o convívio social do falante e do interlocutor, suas procedências geográficas, seus gêneros, suas idades, entre outros, ao passo que a língua é um objeto vivo em constante modificação, na qual o valor de um signo linguístico é dado em relação com o outro.

Portanto, cabe assinalar que todas as manifestações linguísticas são legítimas. A variação linguística não torna a língua melhor ou pior, simplesmente aproxima o indivíduo de uma melhor compreensão do mundo e sua relação no meio em que vive. Desta maneira, não se deve conceber o ato linguístico “perfeito”, externado via um “falante ideal”, como entendido por algumas correntes linguísticas modernas, entre elas o estruturalismo e a gramática gerativa de Chomsky.

Pela perspectiva de Gnerre (1998, p. 6), “a língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural, fixado na tradição escrita”. Entende-se que a língua “cultura” ou “padrão” é usada por uma parte restrita da sociedade, à qual o conhecimento, as informações, as tecnologias são facilitadas, proporcionando maior instrução a essa parte da comunidade.

A “norma culta representa o ideal linguístico da comunidade. É a norma padrão que regula a linguagem falada das pessoas cultas” (PRETI, 1997, p. 55); dito de outra maneira, a língua culta é usada e mantida por essa comunidade com melhores condições econômicas e sociais, ficando evidente a supremacia do poder.

Preti (1997, p. 56) reforça, ainda,

numa escala cultural decrescente, poderíamos chegar até a falar numa norma vulgar, que regularia a linguagem das pessoas analfabetas, dos marginais (ou daqueles que se querem fazer passar por tal), enfim de pessoas de cultura inferior, vindas das classes economicamente mais baixas. A distância em relação à gramática culta seria ainda maior, porque a norma vulgar se apresenta excessivamente simplificada nos mecanismos da língua, sofrendo a ação decisiva da analogia.

Busca-se uma aproximação entre a linguagem falada e a escrita, de modo que essa aproximação não entre em conflito com as tradições escritas, com obediência à ortografia oficial.

No que diz respeito ao que é “certo” ou “errado” em relação à linguagem, através do social/particular de cada indivíduo, ainda há uma luta interminável (BAGNO, 2003). Para Labov (1983), há alterações das variedades linguísticas, no que tange aos limites de uma determinada variedade geográfica, haja vista diversos fatores como a idade, a posição social, grau de escolaridade, profissão, que favorecem para que existam as variedades linguísticas empregadas pelo falante, sejam de ordem lexical, morfológica ou fonológica.

Enfim, todos esses fatores influenciam a linguagem, tendo em vista a sua gama de variações e flexibilidades culturais e sociais.

A SOCIOLINGUÍSTICA NA ESCOLA

A escola pública é uma progressiva e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber, através da democratização da escola. Nessa luta, porém, “o povo ainda não é vencedor, continua vencido: não há escola para todos e a escola que existe é antes contra o povo que para o povo” (SOARES, 1991, p. 9). Grande parte da responsabilidade, por essas lacunas na educação, é atribuída a problemas de linguagem.

O conflito entre a linguagem da escola que está a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões linguísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e condena, é uma das principais causas do fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar, o que acaba por acentuar as desigualdades sociais.

O ensino de língua portuguesa, na escola, debruça-se sobre a corrente tradicional, normativa, tangenciando as variedades linguísticas, que são estabelecidas de forma natural. Nas palavras de Bagno (2002, p. 10), “a língua é como um rio que se renova, enquanto a gramática normativa é como a água do igapó, que envelhece, não gera vida nova a não ser que venham as inundações”.

A tradição educacional sempre negou a existência de uma pluralidade de normas linguísticas dentro do universo da língua portuguesa. A própria escola não reconhece que a norma padrão culta é apenas uma das muitas variedades possíveis no uso do português e rejeita de forma intolerante qualquer manifestação linguística diferente, tratando muitas vezes os alunos como “deficientes linguísticos”.

Magda Becker Soares, professora da Universidade Federal de Minas

Gerais, em seu livro “Linguagem e escola - uma perspectiva social”, analisa três teorias que justificam o fracasso escolar no Brasil: a teoria da deficiência cultural, a teoria das diferenças culturais e a teoria da ideologia do dom. A autora postula que a teoria da deficiência cultural e a teoria das diferenças culturais atribuem à escola a função da adaptação do aluno à sociedade. A teoria da ideologia do dom determina que todos tenham seu lugar na escola, e a todos terá sido dado o mesmo ponto de partida, “a escola oferece igualdade de oportunidades; o bom aproveitamento dessas oportunidades dependerá do dom, aptidão, inteligência de cada um” (SOARES, 1991, p. 10).

A teoria da deficiência cultural responsabiliza a criança pobre e sua família pelo insucesso na alfabetização. Não questiona o papel da escola na produção do fracasso, apenas sugere uma mudança curricular, a fim de ajustar a criança “carente” à sociedade e apresenta como soluções programas especiais que busquem compensar as suas deficiências. Em síntese, as crianças das camadas populares, ao contrário das crianças das classes favorecidas, apresentam um déficit linguístico, resultado da privação linguística de que são vítimas no contexto cultural em que vivem (comunidade social e família).

Nessa perspectiva, sucesso e fracasso na alfabetização são explicados a partir de características individuais de desenvolvimento cognitivo e da inadequação da escola em identificar e considerar essas características na apropriação da leitura e da escrita pela criança.

Já, no livro “A língua de Eulália”, Bagno (2000) traz à tona que o uso do português padrão ou do não padrão sofre preconceito, uma vez que pessoas são discriminadas por pronunciarem de forma “errada” a língua. Dentro do estudo da sociolinguística, fica evidente que não há erros na linguagem e, sim, variações, que dependem do dialeto de cada região, idade, cultura, etc. O que é realmente discutido não é o uso ou não do português padrão, mas a desigualdade social causada pela discriminação. Bagno (2000) argumenta que falar diferente não é falar errado e o que pode parecer erro no português não padrão tem uma explicação lógica, científica (linguística, histórica, sociológica, psicológica).

Os meios midiáticos sustentam diariamente a noção de preconceito linguístico, pretendendo ensinar o que é “certo” e o que é “errado” e, ainda, os instrumentos tradicionais de ensino da língua, ou seja, a gramática normativa e os livros didáticos restringem o ensino da língua. Nos mais diferentes canais de comunicação (televisão, imprensa, rádio, propagandas), em todos os meios, “a língua desempenha um papel preponderante, seja em sua forma oral, seja através de seu código substitutivo escrito. E, através dela, o contato com o mundo que nos

cerca é permanentemente atualizado” (PRETI, 1997, p. 12).

Não compreender o domínio da variante padrão é ser posto à margem da sociedade: na escola, na hora de preencher uma vaga profissional ou num concurso vestibular. Essa variante padrão, no entanto, é reservada a uma pequena parte da população brasileira, vinculada a grupos de desprestígio social.

Conforme Bagno (2000), há, no Brasil, uma “mitologia” do preconceito linguístico, que prejudica toda a nossa educação e formação enquanto cidadãos para além de um termo teórico. Bagno (2000) enumerou oito mitos que, no conjunto, servem para solidificar e transmitir a visão de que o Brasil apresenta uma unidade linguística e que são os brasileiros que não sabem falar português corretamente (portanto, não há dialetos, variantes, mas, sim, deformações do português).

Ao estudar com seriedade e sem preconceito a língua, percebe-se que todas as variantes são “corretas” (BAGNO, 2007). Logo, numa visão holística, o ensino de língua portuguesa, nas escolas, deve abarcar duas vertentes: gramática e variação linguística, contemplando a existência de regularidades no que se convencionou chamar de “erro” gramatical.

Essa existência de variações linguísticas, inevitavelmente, reflete no ensino. Porém, as escolas, ainda, insistem em trabalhar com os alunos apenas a forma padrão da língua e, dessa maneira, estigmatizam as demais variedades linguísticas, privando os alunos de terem um conhecimento amplo das diversas formas de falar a língua portuguesa.

Na tentativa de primar pela valorização da linguagem popular do aluno, cabe à escola, enquanto mediadora do ensino, viabilizar as duas vertentes: língua e gramática normativa, a fim de reestabelecer a desordem causada pelo “caos” linguístico; desmitificar o preconceito linguístico; apresentar todas as formas de construção da linguagem; formar alunos/cidadãos capazes de adequar sua escrita e/ou fala diante de cada situação, considerada a sua bagagem cultural e social.

Ao passo que, diante das evidentes diferenças linguísticas existentes entre as camadas populares, tem-se a distinção entre os alunos advindos de classes sociais favorecidas, nas quais o uso da norma culta é comum e com a qual, portanto, estão mais familiarizados, caberia à escola apenas desenvolver essa competência. Por outro lado, estão os alunos das classes desfavorecidas socioeconomicamente à margem desse sistema, fazendo uso de uma linguagem, muitas vezes, distanciada daquela usada nos grandes centros urbanos. Para esses, seria necessário, obviamente, que a essa competência fosse acrescentada a do domínio da norma culta para que o acesso aos bens culturais e sociais não lhes fosse vedado.

Se a comunidade linguística como um todo é capaz de ensinar, de forma inconsciente, padrões linguísticos, não há razão para que o mesmo não possa ser feito pela escola. Aqui, Labov (1987, p. 144) clama pela necessidade de certa “engenharia” social que permita o desenvolvimento dessa aprendizagem: “temos que fazer na sala de aula o que a comunidade faz, mas de forma concentrada e coerente”. Uma importante estratégia é reduzir a distância entre o significado social simbólico e o sistema linguístico, preocupando-se em levar para o aluno o conhecimento não apenas da norma culta, mas, também, de outros registros que permitem adequar seu texto ao contexto imediato da produção linguística, à finalidade de seu ato verbal, selecionando recursos de expressão formal ou familiar.

Desse modo, a escola estaria realizando sua importante tarefa, do ponto de vista político-social, de promover as camadas marginalizadas, abrindo-lhes o acesso aos bens simbólicos que a língua veicula.

Labov (1987, p. 145) propõe uma reflexão:

a língua da sala de aula deve ser uma propriedade comum de todas as classes sociais e grupos étnicos; livre da identificação com estilo masculino e feminino; neutro em relação à oposição entre alta cultura e cultura popular; independente de outros processos de socialização do sistema escolar; e restaurar o vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social.

De fato, como afirma Gnerre (1998), não se pode negar a língua que os alunos trazem para a escola, negando a identidade, a individualidade, a cultura e a história dos sujeitos. Não se pode negar a heterogeneidade linguística que a escola, como espaço social, abarca. E não se pode esquivar ou ignorar as relações de poder que permeiam a linguagem.

Toda essa evidência aponta, claramente, para a necessidade de a escola reconhecer a legitimidade da variedade linguística dos alunos, a ponto de trabalhar com ela em sala de aula. Uma das possibilidades seria a escola mostrar-se não propriamente compassiva, mas detentora do conhecimento de que uma variedade estigmatizada vale para seus fins, tanto quanto a variedade prestigiada vale para outros diferentes fins.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste estudo, optou-se pelo método qualitativo, devido à pertinência desse para o cumprimento dos objetivos projetados. Inicialmente, foram consultados diversos autores que versam sobre a variação linguística e, já de posse dos conhecimentos sobre o papel que a sociolinguística exerce no ambiente escolar, analisou-se o livro didático “Por uma Vida Melhor” (2011), dos professores Heloísa Cerri Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto, da Coleção Viver, Aprender.

O manual eleito deve-se ao fato de ter sido foco de críticas por vários veículos de comunicação sobre a questão de apresentar uma forma de “ensinar o português errado”. Para fins de análise, elegeu-se o capítulo 1 “Escrever é diferente de falar”, em virtude de considerar as variantes que a língua desempenha nas relações interpessoais, embasada nos preceitos da sociolinguística que visam a consolidar e a retificar todo e qualquer julgamento de certo ou errado.

Selecionaram-se também reportagens da revista *Veja* (AZEREDO, 2011), como “As lições do livro que desensina”, de 20/05/11; “Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente”, de 14/05/11; “Os livros mais interessantes estão emprestados”, de 13/05/11, que condenam esse livro didático por ensinar o aluno a falar errado, contrapondo com as noções teóricas da sociolinguística que afirmam o contrário, fundamentadas nos pressupostos de Marcos Bagno (2000, 2002, 2003, 2007), Maurizio Gnerre (1998, 2001), Dino Preti (1997) e Magda Soares (1991).

Ainda, utilizaram-se os textos “Polêmica ou ignorância?”, de 17/05/11, do professor Marcos Bagno, retirado de seu site, e “Aceitam tudo”, de Sírio Possenti, retirado do site Terra, de 19/05/11, e vídeos cedidos pela Univesp TV ao site Youtube, com entrevistas aos professores José Luiz Fiorin, em 24/05/11, e Ataliba Castilho, em 20/05/11, posicionando-se acerca da polêmica levantada pela mídia (CASTILHO, 2011; FIORIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com esta seção, pretende-se organizar uma proposta crítica que contraponha as supostas verdades registradas pela mídia sobre o livro didático “Por uma Vida Melhor” (2011) e, no intuito de garantir um maior grau de esclarecimento, vale-se do olhar teórico de alguns sociolinguistas. Inicialmente, considera-se que a polêmica, a qual envolveu o livro “Por uma Vida Melhor” e o

Ministério da Educação, repercutiu na mídia de forma a reduzir um debate antigo, no campo da ciência linguística, ao jogo ambivalente do “certo” e do “errado”. De um lado, estão linguistas defensores da obra que prega que o aluno pode falar “os livro”. Eles entendem que o uso da língua popular no ensino ajuda os estudantes de classes populares a sentirem-se incluídos e, com isso, aprenderem com maior facilidade a norma culta. De outro, os que acreditam que esta prática limita a ascensão social dos próprios alunos.

Conforme Marcos Bagno, chegou ao conhecimento da mídia o fato de que uma coleção de livros didáticos destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) trazia “erros de português” e, pior, que autorizaria o uso dessas formas supostamente erradas. Foi o suficiente para que se deflagrasse uma onda de protestos levantada principalmente pelos setores mais retrógrados dos meios de comunicação.

Em defesa da obra, Bagno, em entrevista ao site iG, de 19/05/2011, explica que o livro está de acordo com parâmetros curriculares do Ministério da Educação, que entendem a língua como heterogênea e que não há feio e errado. “A função da escola é introduzir novidades”, diz. Segundo o professor, antigamente as escolas trabalhavam para substituir o jeito que os estudantes falavam, o que os deixava inseguros. “Agora, o aluno se reconhece no material didático e consegue apoderar-se de outras formas de falar”.

Para isso, é relevante retornar ao que afirma Gnerre (1998, p. 6): “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Decorre dessa reflexão o fato de que o homem sofre coerções ideológicas por não conseguir decifrar o campo semântico da sociedade em que vive.

Passa-se, então, para a análise do livro didático no qual, na página 15, registra-se a seguinte explicação:

Em um primeiro momento, na vertente sociolinguística, Ataliba Castilho, autor da Nova Gramática do Português Brasileiro, professor titular aposentado da USP e da Unicamp, em sua entrevista à Univesp TV, traz uma consideração referente à gramática da língua francesa, por exemplo, “no francês, uma língua mais velha que o português, faz tempo que as regras são assim, marca-se o plural só no artigo: ‘le livre illustré’ = ‘os livro ilustrado’. O português popular está indo para um lugar já atingido pelo francês”.

Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha.

insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)

doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)

população (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)

As palavras centrais (insetos, doenças, população) são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre elas. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) →

os (masculino, plural)
ilustrado (masculino, singular)
interessante (masculino, singular)
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Na contramão, a reportagem “As lições do livro que desensina”, registra

baseado na eventual pergunta de um aluno a seu professor, o livro afirma: Eu posso falar ‘os livro’? Claro que pode. Depois de ensinar a seus alunos que eles podem falar errado, o professor é orientado a apontar as “sanções” a que o estudante está sujeito se utilizar uma construção como ‘os peixe’: Fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico.

E emenda: “A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio”.

Essa mesma matéria, que tem por pretensão criticar o que está sendo proposto no livro didático em questão, utiliza-se da palavra de Castilho na tentativa de argumentar contra as ideias sociolinguísticas, ao dizer que

foi levada para a sala de aula a ideia de que o professor

aproxima-se do aluno e estimula seu aprendizado na medida em que é capaz de entender e aceitar as variações linguísticas presentes em cada discurso. (...) É preciso esclarecer, porém, que a sociolinguística não defende que a norma culta seja renegada pelas escolas. É dever da escola ensinar a variante culta escrita.

Além disso, em sua entrevista, Castilho (2011) rebate essas inverossimilhanças acerca do manual didático, afirmando que “quando você tem uma pergunta errada, você tem uma resposta errada. Perguntar para uma pessoa: você pode falar ‘os livro’? Esta pergunta está errada, porque as pessoas estão falando assim”. Mais ainda:

no livro, a autora ensinou as regras da concordância de acordo com o padrão, com a norma culta, e depois diz que essas mesmas frases são ditas de outro modo por quem não domina o padrão culto (...) a ideia é que não se exclua o aluno que não fala padrão culto do ensino.

Por outro lado, na reportagem 2 “Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente”, o autor do texto afirma que

uma coisa é explicar por que uma mensagem fora do padrão formal da língua funciona; outra, diferente, é atestar a sua validade como uma variante da língua. Não dá! Português não é inglês, por exemplo. Na nossa língua, os adjetivos têm flexão de gênero e número, e os verbos, de número. Quem dominar com mais eficiência esse instrumental terá vantagens competitivas vida afora. O que esses mestres estão fazendo, sob o pretexto de respeitar o universo do “educando”, como eles dizem, é contribuir para mantê-lo na ignorância.

Ainda na corrente das supostas verdades registradas pela mídia, na reportagem 3 “Os livro mais interessante estão emprestado”, tenta-se reforçar a ideia de que o livro faz apologia ao erro de português, ilustrada pelo seguinte trecho:

os autores do livro didático “Por uma vida melhor”, chancelado pelo MEC, decerto se inspiraram na oratória indigente do Exterminador do Plural para a escolha de exemplos que ajudem a ensinar aos alunos do curso

fundamental que o *s* no fim das palavras é tão dispensável quanto um apêndice supurado. O certo é falar errado, sustenta o papelório inverossímil.

Ofensiva a essa leviandade, Heloísa Ramos, uma das autoras do manual didático “Por uma Vida Melhor”, em uma nota da coluna Poder Online, de 12/05/2011, diz: “não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação”. Para isso, a variedade linguística do aluno deve ser valorizada e respeitada, jamais excluída e considerada inferior.

Os autores do livro não se furtam a ensinar a norma culta. Pelo contrário, a linguagem formal é ensinada em todo o livro. Afinal, ao professor compete mostrar que há uma variedade linguística de maior prestígio social, que também deve ser estudada para que o aluno possa participar ativa e criticamente nas relações sociais, mas deve deixar claro que esta variedade não deve substituir a variedade que cada um traz consigo.

Ainda, na página 15, registra-se:

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.^a/2.^a/3.^a) com o ser envolvido na ação que ele indica.

O menino pegou o peixe.
menino → singular
pegou → singular

Os meninos pegaram o peixe.
meninos → plural
pegaram → plural

O menino pegou o peixe.
menino → 3.^a pessoa
pegou → 3.^a pessoa

Eu peguei o peixe.
eu → 1.^a pessoa
peguei → 1.^a pessoa

Segue a explicação na página 16 do manual:

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.^a pessoa, plural
pega → 3.^a pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.^a pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)
pega → 3.^a pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

Observação: Quando se refere à concordância, a palavra *pessoa* não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, *pessoa* refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.^a pessoa), aquele com quem se fala (2.^a pessoa) e aquele de quem se fala (3.^a pessoa). Exemplos:

Não vi sua revista, mãe.
(1.^a pessoa: o filho; 2.^a pessoa: a mãe;
3.^a pessoa: a revista).

Mas eu a deixei aqui!
(1.^a pessoa: a mãe; 2.^a pessoa: o filho;
3.^a pessoa: a revista)

Castilho explica essa questão, em sua entrevista, ao dizer que “uma coisa é conjugar o verbo de acordo com o padrão culto e outra coisa é conjugar dentro da variedade popular, por exemplo, na língua culta tem-se ‘eles foram’; já, no dialeto

popular, ‘elis foi’”. Os autores do livro apresentam trechos inadequados à norma culta para que o aluno os reescreva de acordo com o padrão formal, de posse das regras aprendidas.

O livro “Por uma Vida Melhor” faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e está plenamente de acordo com o que está proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a língua portuguesa. Por meio do PNLD, o Ministério da Educação promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas. O livro produzido pela Ação Educativa foi submetido a todas essas regras e escolhido, pois se adequa aos parâmetros curriculares do Ministério e aos mais avançados parâmetros da educação linguística.

Castilho, em sua entrevista, proferiu a ideia de que “a fala é errada quando você fala e o outro não entende. No mais, você está usando ou uma variedade ou a outra (...) são diferentes formas de se dizer a mesma coisa”. Sob esse mesmo olhar, José Luiz Fiorin, em sua entrevista, reforça: “falar bem significa ter a língua adequada para cada circunstância em que se fala”. Por isso, insistir que frases como “nós pega peixe” estão erradas seria contraproducente, servindo apenas para afastar ainda mais o professor do aluno.

Toda língua, em qualquer parte do mundo e em qualquer ponto da história, é um conjunto de variedades. Uma dessas variedades, em algum momento e em algumas sociedades, ganhou o estatuto da escrita, que se torna padrão, é defendida pelo Estado e é o veículo de todas informações culturais de prestígio; há diferenças substanciais entre as formas da oralidade e as formas da escrita (são gramáticas diferentes, com diferentes graus de distinção).

Ainda, o linguista José Luiz Fiorin, em sua fala, complementa:

o livro não ensina o erro de português (...) o capítulo destina-se exatamente a ensinar o aluno a tomar um texto que não está escrito na norma culta da língua e a reescrevê-lo utilizando a norma culta da língua (...) o que a professora Heloísa está fazendo é apenas partir da linguagem utilizada pelo aluno para chegar à norma culta da língua (FIORIN, 2011).

Gnerre (1998, p. 25) afirma que “a gramática normativa escrita apresenta vestígios de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente ou declaradamente autoritárias ou centralizadas”. É o preconceito linguístico sendo disseminado e interiorizado nas pessoas, que ouvimos a todo instante expressões

como “eu não entendo português” ou “eu não sei falar certo”.

Nesse panorama, quando a escola dá ênfase ao ensino centrado na gramática, reforça o preconceito e a ideia de que o português é uma língua difícil, que apenas alguns são capazes de compreendê-la e utilizá-la corretamente. É a ideologia dominante saindo-se vitoriosa, fazendo pensar que uns são superiores e outros, inferiores.

Bagno (reportagem “Polêmica ou ignorância?”, 2011) rebate a polêmica, reduzindo a grande imprensa ao título de “ignorantes”:

jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam (se é que pensam nisso, prepotentemente convencidos que são, quase todos, de que detêm o absoluto poder da informação).

Ainda, para complementar, Bagno (2011) frisa que

já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado e avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula. (...) os livros didáticos de português avaliados pelo MEC começavam a abordar os fenômenos da variação linguística, o caráter inevitavelmente heterogêneo de qualquer língua viva falada no mundo, a mudança irreprimível que transformou, tem transformado, transforma e transformará qualquer idioma usado por uma comunidade humana.

No livro didático em questão, o tratamento oferecido à variação linguística apresenta-se em situações contextualizadas. Nenhuma variedade sobrepõe-se a outra, elas são apenas empregadas em situações distintas. Negar essa diversidade é ignorar a riqueza de uma língua, além de contribuir para o crescimento das desigualdades sociais, visto que, ao discriminar uma variedade, discrimina-se seu falante.

Gnerre (1998, p. 10) relembra que a própria lei que declara todos os cidadãos iguais já é discriminadora, pois a maioria dos cidadãos não têm acesso ao código em que a lei é redigida. Sem acesso ao código, é impossível conhecer e compreender os direitos assegurados pelo Estado e muito menos lutar por eles.

Por isso, o reconhecimento e entendimento das variedades linguísticas

são fundamentais para que o professor dissemine novos conhecimentos aos seus alunos, como as diferentes formas de falar e de escrever. E contrariando os “ignorantes”, os desinformados e os gramáticos tradicionalistas, considera-se importante que essas diversidades sejam apresentadas na escola.

Embora a formação dos professores venha sendo modificada para um ensino que privilegia os aspectos linguísticos e não somente os gramaticais, a tradição pedagógica, ainda, exclui manifestações que não representam a escrita da “elite” linguística, ou seja, despreza a norma considerada não padrão.

Portanto, é necessária uma nova abordagem no ensino da língua portuguesa. Não significa desconsiderar o ensino da norma padrão. Pelo contrário, é papel da escola mediar esse conhecimento com o aluno, porém não apenas esse. Almeja-se que os alunos evoluam linguisticamente e ampliem sua competência comunicativa.

Com base nos preceitos da ciência sociolinguística e dos argumentos consolidados dos linguistas supracitados, pode-se afirmar que o livro didático contestado não apresenta “erros”, mas usos específicos da língua portuguesa, em situações específicas que estão claramente diferenciadas daquelas em que o uso do chamado padrão culto é requerido.

O livro “Por uma Vida Melhor” não defende a generalização desses usos específicos para todas as situações, mas aborda sua existência, ao contrário da posição tradicional que faz de conta que eles não existem ou que são aberrações. Eles existem e são corriqueiros. Mais do que corriqueiros, são legítimos. O manual didático também aborda e didatiza o ensino da chamada norma padrão e o faz enfaticamente, mostrando sua importância social, política, econômica, etc. Ele não proscree o ensino da norma culta, mas confronta variedades, buscando sua sistematização, tendo em vista os gêneros do discurso.

Finalizando, nas palavras de Ataliba Castilho, no portal do MEC em entrevista ao Poder Online, a questão que se deve levantar agora é: como vamos ensinar o padrão culto da língua a alunos que não vêm apenas da classe média urbana? Os professores de português jamais ensinariam um padrão que não seja de prestígio, que não seja o padrão culto.

Ninguém quer que os seus alunos deixem de progredir em suas vidas. E para progredir, isso em qualquer sociedade humana, não só no Brasil, é preciso conformar-se à classe de prestígio. Mas quando se transforma o ensino em uma lei geral, é que aparece o problema. Os alunos que não conhecem a variedade culta passaram a ir para a escola. E como agir? O professor faz de conta que não vê aquele aluno, que a língua dele não existe e que tudo o que ele fala está errado? Se agir desse jeito, o professor afastará o aluno do aprendizado. O ideal

é que o professor leve os alunos a refletirem sobre os diferentes modos de dizer a mesma coisa. Foi isso que a autora do livro “Por uma Vida Melhor” fez, ao trazer a variação linguística.

Por fim, deixa-se um recorte do texto “Polêmica ou ignorância?”, de Marcos Bagno, o qual derruba toda e qualquer suposta verdade apontada pela mídia:

o mais divertido (para mim, pelo menos, talvez por um pouco de masoquismo) é ver os mesmos defensores da suposta ‘língua certa’, no exato momento em que a defendem, empregar regras linguísticas que a tradição normativa que eles acham que defendem rejeitaria imediatamente. Pois ontem, vendo o Jornal das Dez, da Globo News, ouvi da boca do sr. Carlos Monforte essa deliciosa pergunta: ‘Como é que fica então as concordâncias?’. Ora, sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: ‘E as concordâncias, como é que ficam então?’

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociolinguística é considerada uma ciência interdisciplinar, por abranger várias áreas do conhecimento, pois contempla os fatores sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos que constituem uma comunidade linguística. Como aspectos preponderantes na análise e descrição de uma língua, esses elementos evidenciam a língua falada em seu contexto de uso.

Essa ciência faz compreender o processo dinâmico e heterogêneo na relação existente entre língua e sociedade, denunciando formas obsoletas que estão impregnadas de concepções ideológicas, opressoras e excludentes.

Embasado nesse preceito, qualquer pessoa vinculada à educação linguística no Brasil nos últimos vinte anos (pelo menos) sabe que não existe problema algum no que está proposto no livro didático “Por uma Vida Melhor” (2011). Muito pelo contrário, os linguistas consultados consideraram absolutamente normal, até mesmo banal, a abordagem. Além disso, não houve inovação alguma da parte dos responsáveis pelo manual no tratamento da variação linguística: praticamente todos os livros didáticos de ensino de português disponíveis no mercado brasileiro hoje trazem um capítulo, uma unidade, um módulo dedicado à abordagem do fenômeno.

Sob a luz da sociolinguística e, obviamente, das concepções dos especialistas referenciados no decorrer desta pesquisa, desmitificam-se e, mais, derrubam-se quaisquer supostas verdades registradas pela mídia a respeito do livro didático. A falsa polêmica denota desconhecimento por parte da grande imprensa

acerca dos preceitos que regem essa ciência e o quão superficial foi ao querer limitar o estudo da língua portuguesa ao julgamento de “certo” ou “errado”.

Busca-se incitar uma concepção de ensino que valorize a linguagem do aluno proveniente de qualquer meio, visando a um ensino mais eficaz e de qualidade nas escolas brasileiras. Para que isso aconteça, os indivíduos devem apropriar-se da língua considerada legítima, ou seja, a norma padrão, não para substituí-la pela sua linguagem popular de origem, mas para adquirir mais um instrumento de comunicação, a fim de ter uma participação nos bens culturais que são de fundamental importância para o desenvolvimento integral do aluno.

Dessa forma, passa-se a compreender que o conhecimento da língua não se limita tão somente ao ensino da gramática normativa, cujos aspectos abordados pelos professores são de aplicação de regras do bem escrever e falar, tendo como parâmetro apenas a língua culta, confrontando-se com uma realidade que se estabeleceu pós-democratização do ensino, que exige do professor uma abordagem da língua mais libertadora do que opressora.

O docente, no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, pode mostrar ao aluno como a linguagem desenvolve-se em diversos contextos de uso, o que a sociedade espera do falante em determinadas situações, isso de fato faz o aluno refletir sobre a sua linguagem em relação às outras formas de expressão. A escola deve levar o educando a perceber que ele não fala de uma única forma; existem variedades linguísticas e essas variedades influenciam em sua vida.

Enquanto a escola se mantiver engessada no ensino tradicional e insistir em negar o caráter sócio-histórico das variedades, ela permanecerá na perplexidade, ao se defrontar com resultados cada vez mais pobres do ponto de vista do desenvolvimento nos alunos da competência de uso da língua culta. Isso porque, ao invés de aproximar, ela os distancia da crença de que são capazes de adquirir a competência de uso dessa variedade, ainda que mais prestigiada e diferente da que utilizam.

Assim, pretende-se que nenhuma fala seja desqualificada como inferior, pobre, errada ou ignorante. Todas sejam erigidas à condição de legítimas e, portanto, dignas de serem consideradas nas escolas como objeto de comparação respeitosa com as demais falas que compõem as infindáveis variações linguísticas por uma vida ainda melhor.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Reinaldo. **Livro didático faz a apologia do erro**: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente. In: Blog Reinaldo Azevedo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente>>. Acesso em: 07 maio 2012.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 6. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Contexto, 2000.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso**. São Paulo, SP: Parábola, 2007.

_____. **Polêmica ou ignorância?** Discussão sobre livro didático só revela ignorância da grande imprensa. Disponível em: <http://marcosbagno.com.br/site/?page_id=745>. Acesso em: 07 maio 2012.

CASTILHO, Ataliba. Entrevista sobre o livro “Por uma vida melhor”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DROHTF4iaiQ&feature=relmfu>>. Acesso em: 07 maio 2012.

FIORIN, José Luiz. Entrevista sobre o livro didático “Por uma vida melhor”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=o7OINhxLrOg>>. Acesso em: 07 maio 2012.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1983.

PRETI, Dino. **Sociolinguística**: os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. 8. ed. São Paulo, SP: Campi, 1997.

RAMOS, Heloisa Cerri, BAZZONI, Cláudio, CLETO, Mirella L.. **Por uma vida melhor**. Coleção Viver, Aprender, V. 2/Multidisciplinar. Global, 2011.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1991.